



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 160

**MERCADO DE TRABALHO BRANCO! RACISMO?
NA VIRADA DO SÉCULO XX!?**

Assunção J. P. Amaral

Belém, Abril de 2001

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Marlene Rodrigues Freitas

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Luis Eduardo Aragon Vaca

Diretor Adjunto

Marilia Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Maurilio Monteiro

Luis Aragon

Marilia Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 160

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

MERCADO DE TRABALHO BRANCO! RACISMO? NA VIRADA DO SÉCULO XX!?

Assunção J.P. Amaral²

Resumo:

O artigo intitulado "Mercado de Trabalho Branco! Racismo? Na virada do século XX!?" mostra, através de uma espécie de lupa, como o racismo vem se atualizando e se manifestando na sociedade brasileira moderna, ou seja, discute a micro-relação do processo de classificação, seleção, inclusão e exclusão sócio-racial no mercado de trabalho. O trabalho tem como objetivo principal apresentar algumas contribuições para uma reflexão e rediscussão do racismo antinegro no mercado de trabalho na sociedade brasileira na virada do século XX.

Palavras-chave: Negro. Racismo. Discriminação racial. Exclusão. Mercado de trabalho. Inserção.

¹ Maiores detalhes e informações encontram-se in: AMARAL, Assunção. Projeto: "O Racismo em Belém a partir do Mercado de Trabalho", PLADES/ NAEA/ UFPA, Setembro de 2000.

² Mestrando do Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, da Universidade Federal do Pará - UFPA.

O Brasil é considerado o segundo maior país em quantidade de negros de todo o mundo, ou seja é o maior país em quantidade de negros fora da África, em que a Nigéria ocupa o primeiro lugar. Não obstante a sociedade brasileira, de hoje, ainda vive sob os efeitos das doutrinas arianistas, evolucionistas e racialistas que pregavam, no passado, ora a pureza das raças³ com a suposta superioridade da raça branca sobre as demais, ora a mistura racial no sentido de enfraquecer a cultura e a população negra a curto e médio prazo e embranquecer a população brasileira, apagando a forte presença do negro no país.

As funções que a grande maioria dos negros vem desempenhando no Brasil, ao longo deste século, tem sido as funções de menos prestígio social, sendo a ela reservado lugar específico no mercado de trabalho, incluindo-se aí os serviços pesados, principalmente na construção civil, serviços domésticos, mercado informal, além de que um contingente significativo de negros encontra-se desempregado.

No Brasil o negro sofre dupla exclusão, ou seja, é excluído racial e economicamente, já que por conta do racismo ele é levado a exercer na maioria das vezes papel subalterno levando-o a miséria e até a marginalidade.

Na última década um número significativo de negros, apesar das dificuldades, passou a disputar com nível de formação igual ao do não-negro, porém aquele contingente acumula desvantagens em relação a este, além de ter que enfrentar um mercado que inclui a aparência como critério de seleção para assumir determinados cargos no mercado de trabalho, e isso é racismo. O racismo corresponde, então, a uma concepção e, ao mesmo tempo, a materialização dessa concepção de que existem raças superiores e raças inferiores. O racismo, muitas das vezes, se manifesta em pequenas atitudes, como no pensamento no qual os negros devem exercer os trabalhos manuais e pesados enquanto que os não-negros, os trabalhos leves e intelectuais.

O racismo antinegro expressa-se de forma camuflada de tal forma que a sociedade não se considera racista, preferindo, de certa forma, camuflar seu racismo através de outros atributos diferenciais, ou seja, confunde-se o racismo com questões econômicas, culturais, educacionais, tentando fazer com que as pessoas acreditem que é econômica ou até natural, questões que tem como base o racismo e a discriminação.

³ O termo raça é utilizado aqui de forma sociológica, ou seja, como um fato social. Para o pensador francês Emilio Durkheim um fato social corresponde ao modo de ser, de pensar e de agir de um grupo social. Assim, apesar de que do ponto de vista biológico não se deva classificar os grupos humanos por raças, no caso brasileiro essa classificação opera como um fato social.

O alemão Anatol Rosenfeld (1993: 24) chegou a afirmar que "ideologicamente, o preconceito contra os negros é quase sempre totalmente negado, e o brasileiro se gaba com orgulho de sua falta de preconceito".

Nas lojas, nos shopping, nos hotéis, nos caixas de supermercados, nos supermercados, nos bancos e nas caixas econômicas das principais cidades do país, continua-se a dar preferências, no quadro de funcionários, às pessoas não-negras, de tal forma que quanto mais negra (escura) a pessoa for, maior será sua ausência em instituições que visem atender ou lidar diretamente com o público, principalmente nas empresas privadas onde os contratos independem de concursos ou, quando dependem, não são revelados os critérios de seleção.

Quanto ao tipo de racismo operante no Brasil, podemos nos orientar pela distinção apresentada por Horacy Nogueira, quando diz que aqui o racismo se apresenta como um preconceito de marca, ou seja, ele decorre mais da cor do que da origem da pessoa; vejamos:

"Acredita-se importante enfatizar que no Brasil, no tocante ao racismo antinegro, predomina o conceito que Oracy Nogueira (1955:409-434) cunhou como 'preconceito de marca', onde o fenótipo é fator mais determinante na pessoa vitimada pela discriminação racial. Assim, enquanto nos EEUU o racismo leva em conta a 'origem' (preconceito de 'origem'), no Brasil, ter maior ou menor quantidade de caracteres físicos semelhantes aos dos africanos escravizados, tem sido decisivo para determinar o 'lugar' de uma pessoa na sociedade brasileira" (Trindade e Bentes, 1999:02).

Algumas instituições até chegam a empregar certos afro-descendentes, desde que estes permitam despir-se de sua identificação com grupos negros e isso ocorre, sobretudo, com aqueles que se consideram ou são considerados pardos, morenos ou morenos claros (todos, na verdade, afro-descendentes) com tonalidade de cor da pele diferente; estes, para isso, devem entre outras mudanças, cortar ou alisar os cabelos e se adequar aos padrões estéticos que negam a identidade negra ou afro-descendente. Talvez isso ainda leve algumas pessoas a acreditarem que no Brasil existe uma verdadeira democracia racial.

Tais informações não querem dizer que não haja pessoas negras em posições elevadas na sociedade brasileira; aqui está um fato interessante de se analisar, acontece que a proporção destes é muito inferior quando comparado a população não-negra. Segundo Carlos Hasenbalg (1979:197):

"Em toda parte no Brasil urbano pode-se reconhecer um pequeno estrato médio de cor, mas seu tamanho relativo está sempre aquém do da classe média branca. Esses não-brancos, que conseguiram fugir à pobreza, apresentam típica inconsistência de status - a maioria deles tem uma educação superior às realizações ocupacionais e de renda - e enfrentam sérias dificuldades preservando sua própria posição social para seus filhos. Outrossim, uma vez que os pólos branco-negro não definem uma dicotomia, mas apenas fixam os extremos de um contínuo de diferenças

mínimas de cor, a abertura da estrutura social para a mobilidade social ascendente é inversamente relacionada à negritude da pigmentação da pele".

A farsa de que, no Brasil, índios, negros e brancos vivem em uma democracia racial, inculcada à maioria da população brasileira, é igualmente compartilhado, ainda hoje, pela maioria, inclusive por intelectuais de diferentes áreas do conhecimento. E para isso tem sido decisivo o papel desempenhado pelo estado como órgão de controle e reprodução social racial, seja através dos seus aparelhos repressivos de estado, como as forças armadas, os tribunais e prisões, ou por meio daquilo que Louis Althusser denominou de Aparelhos Ideológicos de Estado, a exemplo das igrejas, da família, do sistema de informações (imprensa, rádio, televisão), do sistema escolar, do sistema político ou do sistema jurídico.

Referindo-se aos aparelhos ideológicos de estado, Althusser afirma que é através da escola e de outras instituições que se dá a qualificação da força-de-trabalho, pois é nela que se aprende a ler, a escrever, onde se aprende técnicas e comportamentos, que, dependendo do grau de conhecimento, forma-se e prepara-se operários, técnicos ou engenheiros. É nelas que se aprende as regras da divisão social (e também racial) do trabalho, regras de comportamento, moral e profissional, onde definem-se lugares e papéis que cada grupo ou indivíduo deve exercer na estrutura de uma determinada sociedade.

Os livros didáticos oficiais dão muito pouca importância aos padrões culturais e aos valores da população negra, bem como à sua origem, sua história, seus aspectos positivos no processo de construção desta nação. Além disso, os espaços reservados aos negros, quando existem nesses livros, são pequenos e quase sempre o tratam como um problema e não como cidadão que erigiu, participou e trouxe solução para o país.

As instituições escolares, incluindo as universidades, pouco desenvolvem discussões árduas, sérias e profundas acerca da questão racial, reforçando de certa forma a exclusão do negro.

Os meios de comunicação, sobretudo a televisão, estigmatizam a população negra, quando a ela reservam apenas pequenos papéis em seus quadros, e quase sempre como empregados domésticos ou outros papéis que denigre a imagem do próprio negro, fazendo dele motivos de risos e galhofas. Os programas de televisão são também reveladores do forte racismo e exclusão contra o negro, que muitos não conseguem perceber; se analisarmos uns quinze programas de televisão nos canais brasileiros, se observará que quase cem por cento deles são apresentados por pessoas não-negras: Angélica, Hebe Camargo, Xuxa Meneguel, Carla Peres, Ana Maria Braga, entre outros. Poderíamos perguntar se não existem pessoas negras capacitadas para apresentar programas de televisão.

Um outro aspecto do racismo brasileiro refere-se ao lugar que a maioria da população negra ocupa dentro da distribuição espacial das cidades. Toda grande cidade brasileira, onde a

população negra é grande, nela foi "demarcado" o espaço no qual o negro deveria ocupar: espaço geográfico, social, econômico e seu grau de relação com a sociedade envolvente. Hoje são os mocambos, os quilombos - descobertos a cada ano que passa - os morros, as favelas, as periferias, entre outros.

A prática do racismo, seja ela advinda de qualquer grupo étnico-racial, pode levar o outro grupo a se acomodar internalizando o fato como uma verdade ou, apenas, se protegendo sem exercer seu direito de defesa, ou pode levar o outro grupo a uma luta em defesa de posição. Para Carlos Hasenbalg (1979:199), a prática da discriminação racial pode gerar ou afetar a estima do discriminado; ele afirma que:

"Além dos efeitos do comportamento discriminatório, uma organização social limita também a motivação e o nível de aspirações dos não-brancos. Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade ascendente das pessoas de cor, às práticas discriminatórias dos brancos - sejam elas abertas ou polidamente sutis - devem ser acrescentados os efeitos e bloqueio resultantes da internalização pela maioria dos não-brancos de uma auto-imagem desfavorável. A forma complexa como esses dois mecanismo funcionam e se reforçam mutuamente leva normalmente negros e mulatos a regularem suas aparições de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o 'lugar apropriado' para as pessoas de cor".

A ausência de políticas públicas durante o longo período que se distancia do início da abolição da escravatura, tem contribuído para o agravamento da questão da falta de inserção e integração do negro à sociedade moderna brasileira como cidadão de fato e de direito, e para a recriação e atualização do racismo. Não existe nenhum órgão público federal nas principais cidades, a exemplo de Belém, encarregado de tratar das questões raciais e sobre o negro em particular; o mesmo pode se dizer em termo do Estado Pará, durante o longo período de racismo antinegro: nenhum órgão foi suscitado para tratar de tais questões. Em nível de município, somente no final do século XX foi criado, em 1997, através da pressão do Movimento Negro de Belém e do Pará⁴, o Conselho Municipal do Negro⁵, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Belém, mas que não possui estrutura para atender a demanda que extrapola a dimensão do município e atinge o Estado. Cabe lembrar que a experiência dos Conselhos já é um fato em outros estados e municípios, como Mato Grosso, São Paulo, entre outros.

Não obstante, o racismo tem-se revelado e posto a público; em menos de dois anos de existência, o Conselho Municipal do Negro de Belém, recebeu 79 casos de racismo, que estão registrados em documentos, revelando que em Belém o racismo é uma triste realidade.

⁴ CEDENPA, GEUN, APN, GRENI, CNAB.

Um dos fatores que chama a atenção, diz respeito à exclusão do negro no mercado de trabalho em Belém, fato que merece ser pesquisado e analisado. Assim, inicialmente nos foram colocados alguns problemas a serem discutidos: Como se manifesta o racismo antinegro no mercado de trabalho? Por que essa exclusão? Quais são os outros fatores que levam a exclusão dos negros? Será o racismo um dos principais responsáveis por essa exclusão ou existem outros condicionantes? Quais? Existem políticas públicas em Belém direcionadas para a população negra? Que políticas são essas? Como surgiram e surgem essas políticas? Essas e outras questões são muito importantes e merecem redimensão.

Nosso objetivo aqui com este artigo, ora intitulado "Mercado de Trabalho Branco! Racismo? Na virada do século XX!?" é apresentar algumas contribuições para reflexão a cerca do racismo antinegro e o mercado de trabalho na virada do século XX.

Nossas primeiras impressões são as seguintes: podemos dizer que o escravismo foi recriado no Brasil pelos europeus e que essa forma de escravismo também disseminou o racismo e a discriminação racial contra índios e negros por parte da elite branca da época; que esse fenômeno continuou mesmo depois da escravidão; que durante esse longo período passado do processo de libertação, negros e seus descendentes se encontram em desvantagens político-econômica e social em relação aos não-negros e seus descendentes, sendo visível essa dicotomia em todo o Brasil.

Além disso, podemos ainda afirmar que a herança da escravidão pesa negativamente sobre os negros, índios e seus descendentes; que o racismo se manifesta de forma diferente e de acordo com a situação; que o racismo do passado, embora guarde alguma ligação com o período da escravidão, é atualizado e acionado como mecanismo de classificação, definições de papéis e posições sociais, gerando vantagens e desvantagens étnico-raciais. A ausência de políticas públicas, a ação e a omissão do estado diante da questão, tornam-se fatores de grande importância para análise.

No caso do mercado de trabalho, mesmo aqueles não-negros que não se consideram racistas acabam levando vantagem quando submetidos a um processo de competição com um negro, principalmente em se tratando de trabalhos, cargos ou ocupações que exigem contatos diretamente com o público, como é o caso de vendedores de lojas, recepcionistas de eventos, de bancos, de escritórios, de restaurantes, de caixas, entre outros.

Dessa forma não temos como negar a operacionalização do racismo na sociedade brasileira neste final de século, mesmo que alguns autores, pessoas, instituições e imprensa tentem obscurecer este fato, fazendo crer que o racismo não exista, dando inclusive alguns exemplos, através das exceções, de que conhece um negro que é patrão, ou de um negro que é doutor, ou ainda de um

⁵ O Executivo Municipal cria, através do decreto No 31.816/97-PMB, de 20/11/97, o Conselho Municipal do Negro de Belém, e através do decreto No 32.335/98-PMB, de 25/03/98, nomeia os seus membros e Comissão Executiva.

negro que se deu bem; toda exceção serve para confirmar a regra geral da posição que os negros se encontram na sociedade.

O novo século já inicia com dívidas raciais dos séculos anteriores, dessa forma qualquer política séria desenvolvida para o país deverá incluir as discussões que se acumulam a cerca da inclusão do negro como igual na sociedade brasileira; enquanto isso não acontece, não cabe ao negro esperar; muito pelo contrário, ele deve ser o principal agente de pressão da negação da sua sub-condição de vida.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de estado - Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMARAL, Assunção. "*Chama Verequete*": etnografia da trajetória artística e das vicissitudes de um compositor negro paraense. Belém. UFPA/CFCH, 1995.
- AMARAL, Assunção. "*Boi-Bumbá Tira-Fama: um estudo da cultura popular na Amazônia*". Belém, 1996.
- AMARAL, Assunção. *O racismo em Belém a partir do mercado de trabalho*. Belém: PLADES/NAEA/UFPA, 2000.(Projeto apresentada à Dissertação de Mestrado)
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdade Racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KAUFMANN, Felix. *Metodologia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
- ROSENFELD, Anatol. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo: Perspectiva; Ed. Universidade de São Paulo; Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- SEVERINO, Joaquim Antônio. *Metodologia do Trabalho Científico*. 15.ed. São Paulo: Cortez: 1989
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: 1988. (Coleção Temas de Pesquisa-ação)
- TRINDADE, Joseline Simone Barreto, BENTES, Raimunda Nilma de Melo. *Questões Raciais: os negros no Pará*. Belém-Pa, 1999. (Mimeogr.)